

- Minuta Pesquisa CREPOP -
Atuação das(os) psicólogas(os) nas Políticas de
Promoção da Cidadania LGBTT – Ba

Em 2010, foi realizada a pesquisa CREPOP com psicólogas(os) nas Políticas Públicas de Promoção da Cidadania LGBTT. Por se tratar de uma política ainda recente no país, com poucos serviços e, conseqüentemente, poucas(os) profissionais contratadas(os), adotou-se uma nova metodologia, sob orientação da Coordenação Nacional do CREPOP. Foram realizadas entrevistas com gestoras(es) e psicólogas(os) que atuam nesta política, identificados durante o processo de georreferenciamento. Portanto, a apresentação dos resultados locais desta pesquisa será realizada em formato diferente das demais, de modo a garantir o anonimato dos informantes, conforme nos comprometemos no Termo de Compromisso Livre e Esclarecido.

1. Situação Atual da Política

Na Bahia, a Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos é o órgão responsável pela implementação da política. Durante o georreferenciamento foram encontradas 38 instituições, dentre as quais: 01 Comitê Estadual de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – Comitê LGBT; 29 associações/grupos/ONG's – sendo 15 do interior e 14 da capital; 08 Núcleos de Direitos Humanos (NUDH) – 03 no interior e 05 na capital. Além disso, registramos a existência de grupos de pesquisa, secretarias municipais, fóruns e conselhos que discutem a temática.

Na cidade de Vitória da Conquista, tem-se o primeiro Núcleo de Direitos Humanos voltado exclusivamente para a temática da população LGBT. O NUDH constitui-se nos mesmos parâmetros dos Centros de Referência de Prevenção e Combate à Homofobia.

Atendendo aos critérios estabelecidos, foram realizadas entrevistas com um representante da gestão estadual, psicólogas e gestora/gestor dos NUDH's de Vitória da Conquista e Jequié. Este último, apesar de não ter atenção específica ao público LGBT, desenvolve ações voltadas para a temática e há atendimentos para este público em caso de violação de direitos. Outras instituições não atendiam aos critérios.

1.1 Desenvolvimento da Política na Bahia

Destacam-se os seguintes marcos no desenvolvimento da política na Bahia:

- A Bahia começou as convocações para a Conferência Estadual de Promoção da Cidadania GLBT, em 2007.
- O estado foi dividido em 17 territórios, por proximidade territorial, para a realização das plenárias locais. Cada plenária discutiu a política e levou propostas para a Conferência Estadual, nos dias 24 e 26 de abril de 2008.
- Na Conferência foram eleitas 219 propostas na área da educação, saúde, cultura, segurança pública, justiça, entre outros, com definição de atribuições para cada ente federado.
- A Bahia firmou convênio com o governo federal em 2007 para a instalação de Centros de Referência, mas só começou a executá-lo a partir de março de 2010.
- O primeiro convênio definia as cidades de Salvador e Vitória da Conquista como locais para instalação dos Centros de Referência de Prevenção e Combate à Homofobia, que na Bahia são denominados de Núcleos de Direitos Humanos. Posteriormente, definiu-se a cidade de Feira de Santana como sede de um terceiro NUDH. Essas cidades foram escolhidas tanto pela relevância política, como pelos índices de violência contra a população LGBT.
- Vitória da Conquista inaugurou o NUDH em 25 de março de 2010 e, até julho, já realizou 153 atendimentos. Destaca-se que o atendimento que o Núcleo de Direitos Humanos faz não se restringe ao atendimento individualizado, mas inclui todas as atividades itinerantes, de capacitação, de formação, e de denúncia de violação de direitos.
- Os NUDH's de Salvador e Feira de Santana ainda serão instalados. Houve um atraso por conta de uma necessidade de modificação do plano de trabalho, diante de uma determinação do governo federal de não permitir o repasse e a terceirização dos objetos do convênio.
- Em Salvador, há uma proposta de construir atividades conjuntas com a Secretaria Municipal de Reparação (SEMUR).

- Em 02 de fevereiro de 2010, foi criado o Comitê de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT. O Comitê LGBT, espaço de discussão e de análise da conjuntura estadual da política, é formado por oito secretarias de estado, nas temáticas da educação, cultura, segurança pública, esporte, lazer, trabalho/emprego, e oito entidades da Sociedade Civil, eleitas por meio de um edital público aberto. Todo o processo eleitoral foi comandado pela Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos.
- A Secretaria de Justiça apóia qualquer tipo de ação que venha da sociedade civil e agrega um valor histórico-político para o combate à homofobia, como as Paradas LGBT, as ações de sensibilização e educação popular que deve anteceder a Parada, cursos de capacitação, etc. Em 2010, foram realizadas mais de 45 Paradas nas cidades da Bahia.

2. Dificuldades e Limitações do Campo

Foram apontadas as seguintes dificuldades e limitações do campo:

- Invisibilidade social da população LGBT repercute na não há divulgação da política, dos avanços e ações desenvolvidas para a população.
- Ausência de sensibilização dos gestores para a violação de direitos do público LGBT.
- Os poucos Centros de Referência na Bahia não têm capacidade de atender à demanda. O Comitê LGBT pretende capacitar as prefeituras para solicitar do governo federal um convênio pra construção de Centro de Referência.
- Ausência de envolvimento dos outros setores governamentais para desenvolver ações nesta temática.
- Dificuldades de encaminhamento das demandas para atenção especializada na rede de referência, uma vez que esta encontra-se sobrecarregada.
- Dificuldade de monitorar os encaminhamentos feitos para a rede.
- Poucos referenciais teóricos da psicologia para atuar com a temática/população.
- Estruturação recente dos NUDH's e ausência de material administrativo.
- Preconceito e discriminação da população em relação ao público LGBT.
- Dificuldade de trabalhar a interdisciplinaridade nas equipes.

3. Potencialidades do Campo

Dentre as potencialidades do campo, destaca-se:

- A construção do Censo “Mostre a Sua Cara”: uma pesquisa qualitativa e quantitativa nos espaços LGBT na cidade de Vitória da Conquista, que além de construir um banco de dados, mobiliza e divulga o NUDH.
- A assinatura de uma portaria, pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza (SEDES), que garante a utilização do nome social de travestis e transexuais nos CRAS e nas unidades administrativas da SEDES.
- Encaminhamento, pela Secretaria da Justiça, de decreto a ser assinado pelo governador, com o objetivo de garantir o uso do nome social de travestis em todas as unidades administrativas comandadas pelo governo do estado, incluindo as unidades de ensino e de saúde.
- Aumento considerável de recursos financeiros para esta política, apesar de ainda existir um déficit em relação à demanda.
- A criação do Comitê LGBT, que tem a tarefa de construir o Plano Bahia sem Homofobia, pautado nas propostas da Conferência Estadual.
- Perspectiva de desenvolver ações voltadas para questões do trabalho, do incentivo à cultura LGBT, capacitação e profissionalização, para a inserção no mercado de trabalho.

4. Atuação profissional no campo

- Espera-se que a(o) psicóloga(o) atente para que o julgamento das(os) outras(os) profissionais não exclua os aspectos psicológicos, a subjetividade da população LGBT.
- A psicologia está presente, principalmente, nos casos de mediação de conflito.
- As atividades são percebidas como tendo os seguintes eixos: o primeiro referente ao atendimento individual ou grupal, com o objetivo de oferecer acolhimento, escuta qualificada e encaminhamento das demandas; o segundo eixo é o trabalho de mobilização, divulgação e sensibilização da população para esta temática; bem

como, o atendimento de solicitações de outras instituições e construção de parcerias com outros serviços/setores públicos.

- Destaca-se a importância do trabalho de promoção dos direitos humanos, da garantia da cidadania, de prevenção da violação desses direitos, o que independe da orientação sexual.
- Pode haver uma resistência por parte do público alvo, por conta das idéias disseminadas na cultura de que a(o) psicóloga(o) ou psiquiatra cuida apenas do “sujeito louco” e as pessoas temem ser vistas como tal.
- Salienta-se que a graduação em psicologia não aborda as temáticas das políticas públicas, privilegiando a formação especializada (saúde, organizacional, educação, etc.), tendo sido retirado dos currículos disciplinas que trabalham a cultura, por exemplo.

5. Considerações Finais

As Políticas de Promoção da Cidadania da população LGBT ainda estão em fase de formulação e estruturação dos serviços. Neste sentido, há poucas(os) profissionais trabalhando com a temática. A proposta de atenção interdisciplinar à este público esbarra nas limitações da graduação e na ausência desta perspectiva entre as(os) profissionais, porém tem maior potencialidade de garantir direitos, prevenir e intervir quando a violação destes acontece, e de dialogar com a sociedade. Esta abordagem não deve ser de responsabilidade apenas daqueles que estão atuando nesta política, mas das diversas áreas das políticas públicas, de modo a promover uma atenção integral e humanizada aos sujeitos-cidadãos.